

PARA CUIDAR DA DOR DO ALUNO NEGRO EM ORIENTAÇÃO À QUEIXA ESCOLAR

Daniela Ribeiro Stort Gonzalez Rojas¹

RESUMO

O atendimento clínico a crianças e adolescentes que sofrem e estão paralisados em função de suas dificuldades no processo de escolarização deve levar em conta toda a rede de relações da qual essas dificuldades emergem – geralmente, a criança/adolescente, a escola e a família. O objetivo do atendimento é a movimentação de tal rede no sentido do desenvolvimento de todos os seus participantes e não a mera adaptação do “aluno problema”. Para isto, determinantes histórico-sociais devem estar incluídos na análise e na intervenção à queixa escolar, tais como as questões étnico-raciais. O trabalho apresentado é resultado do atendimento psicológico a um adolescente negro realizado em 2012, no serviço de Orientação à Queixa Escolar, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP. Tal experiência possibilitou uma movimentação da queixa escolar no sentido pretendido e a construção de algumas diretrizes e instrumentais de trabalho que podem ser utilizados pelos psicólogos em atendimentos a casos em que questões étnico-raciais e sociais estão envolvidas. Essa forma de atuação promoveu o não reducionismo da experiência pública e ancestral de humilhação por questões de raça, construída historicamente, a idiosincrasias individuais, ainda que objetivada e vivida de modo singular na relação com o terapeuta.

Palavras-chave: Queixa Escolar. Psicoterapia. Racismo. Psicologia Escolar. Pensamento dialético.

1. Introdução

O presente artigo foi inspirado pelo trabalho realizado com e para um adolescente de 13 anos. Nele, proponho-me a pensar sobre o pertencimento de raça e seus desdobramentos como o racismo, o preconceito e a discriminação como fatores que podem compor a queixa escolar. Além disto, busco lançar alguma luz à seguinte questão: como cuidar da dor do aluno negro em Orientação à Queixa Escolar²?

A partir da década de 1980, como uma alternativa ao desenvolvimento teórico-prático da psicologia até então sustentada por uma visão abstrata de homem³, surgem novos trabalhos implicados com a necessidade de melhorar a qualidade do ensino de nosso país. Estes trabalhos de cunho institucional vêm tendo como um de seus objetivos

¹ Psicóloga Escolar da rede municipal de Jaguariúna-SP e mestra em educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Em 1999, Beatriz de Paula Souza e Cíntia Copit Freller, duas psicólogas do Serviço de Psicologia Escolar da Universidade de São Paulo, iniciaram o trabalho ao qual chamaram de Orientação à Queixa Escolar, impulsionadas pela necessidade de desenvolver um atendimento clínico dedicado a crianças e adolescentes que passam por dificuldades na escola (SOUZA, B., 2007) que considerasse os pertencimentos sociais e os conhecimentos advindos da Psicologia Escolar crítica.

³ Abstrata porque limita-se à aparência, naturalizando os acontecimentos e os sujeitos e desconsiderando seu caráter histórico. As contribuições de Maria Helena de Souza Patto foram fundamentais para se fazer uma crítica a esta visão em psicologia.

problematizar e reverter os funcionamentos escolares produtores do fracasso escolar. Contudo, apesar de sua importância, os mesmos podem não conseguir minimizar o sofrimento de crianças e adolescentes que se encontram paralisados em consequência de processos escolares que lhes impõem e confirmam uma suposta incompetência. Nestes casos, é preciso também enfrentar o sofrimento em um processo psicoterapêutico que conjugue sentimento, pensamento e companhia. Posto que considera a subjetividade como uma construção social, este processo aprofunda a compreensão das relações entre indivíduo e instituição, sem negar um ou outro. É esta concepção que vem sustentando e nutrindo o trabalho desenvolvido em Orientação à Queixa Escolar.

De acordo com Beatriz de Paula Souza (2007), ir ao encontro de uma criança ou adolescente que traz uma queixa escolar implica defrontar-se com a escola, tanto na investigação quanto na intervenção. Por exemplo, saber que tipo de classe frequenta, quantas professoras teve, onde se senta na sala, se já viveu repetências, quando a queixa surgiu, dentre outras coisas, é fundamental para que se tenha uma visão mais ampla do processo de escolarização. Este encontro implica, também, em considerar a família e a visão que a mesma traz da queixa. Portanto, a queixa escolar traz em seu centro o processo de escolarização, tomado aqui como o produto de uma rede de relações cujos personagens principais são a criança/adolescente, a escola e a família. O objetivo é a movimentação na rede no sentido de desenvolvimento de todos os seus participantes e não a mera adaptação/mudança do “aluno problema”.

Para tanto, além de uma interlocução com a escola e com a família é preciso ainda ter um olhar para as pertencas sociais tais como classe social, raça, gênero, etc, e seus desdobramentos na vida escolar da criança ou do adolescente atendido. Por exemplo, a passagem de um negro pelos bancos escolares, tende a guardar diferenças significativas em relação à de um branco. Neste sentido, a negritude é um dos fatores sociais presentes na constituição da subjetividade que deve ser considerado em um atendimento psicológico.

A partir das concepções expostas, Souza (2007) explicita os princípios técnicos que orientam o trabalho em Orientação à Queixa Escolar, que são: colher e problematizar as versões sobre a queixa de cada um dos participantes da rede (criança, família e escola); promover a circulação de informações e reflexões pertinentes e integração ou confronto das mesmas dentro desta rede, promovendo releituras e buscando conjuntamente possíveis soluções; identificar, mobilizar e fortalecer as

potências contidas na rede. Trata-se de uma abordagem breve e focal em psicoterapia. Breve, pois não objetiva a superação da queixa, mas a conquista da movimentação neste sentido e focal, pois está centrada na queixa escolar.

Na primeira parte deste trabalho, serei guiada por alguns estudos que contam um pouco da história do racismo, bem como tratam da presença do mesmo na educação. Posteriormente, apresentarei um estudo de caso com alguns recortes, para buscar dar conta da tarefa que me imponho neste artigo. Num terceiro momento, buscarei trazer alguns elementos que indiquem caminhos para a construção de uma relação de cuidado da pessoa negra em Orientação à Queixa Escolar.

2. Um pouco de história

Era uma vez...

Mas esta é uma história bem diferente das histórias dos contos de fada, pois é uma história real e muito dolorosa sobre exploração de mão-de-obra africana para gerar riqueza para o branco dominador.

De acordo com Michael Wieviorka (2007), o racismo sustenta-se na falsa idéia de que existe uma diferença essencial, inscrita na própria natureza dos grupos humanos, em suas características físicas, às quais correspondem capacidades psicológicas e intelectuais. Esta ideologia definiu relações de superioridade e inferioridade entre seres humanos, desumanizando-os e justificando a escravização de milhares de pessoas.

Muitos tratados, teses, discussões, debates, monografias, etc., desde o século XV tentaram provar a inferioridade do índio e do negro diante do branco, suposto superior (Sant'Ana, 2005).

De acordo com Sylvia da Silveira Nunes (2010), François Bernier publicou anonimamente, em 1684, um artigo em que interpretou as diferenças físicas entre os homens como próprias de quatro ou cinco raças. Este autor francês não fez explicitamente uma hierarquização entre as raças, mas seu artigo anunciou uma gradação de valores que inferiorizava os negros, pelo modo como relacionou tipo físico a tipo de pensamento. No campo da ciência, o conceito de raça foi utilizado originalmente na classificação de espécies animais e vegetais, por Carl Von Linné, no século XVIII. Esse o utilizou também para classificar os seres humanos. Tal noção de raça ganhou força no século XIX, a partir do momento em que a revolução industrial se expandiu e com ela as grandes descobertas e a colonização. Por meio da naturalização

do que é político, o suporte científico da ideologia racista passou a legitimar as diferenças sociais como naturais e próprias do atraso ou adiantamento de um determinado grupo racial.

Em todos os campos do saber, as concepções científicas de raça foram disseminadas e quaisquer que fossem estes campos, os saberes a ele pertencentes seriam convocados para demonstrar a “superioridade” da raça branca em detrimento de outras raças.

Para Wieviorka (2007), o nazismo marcou o ápice desse sistema de idéias. A tomada de consciência da barbárie serviu para deslegitimar o racismo. Muitos trabalhos anti-racistas efetuaram esta deslegitimação e provaram sua falsidade. Os trabalhos de geneticistas caminharam neste sentido e deveriam obter vantagens sobre o racismo científico, já que por meio do detalhamento do genoma humano observou-se que traços fenotípicos são definidos por uma ínfima quantidade de genes e que a maior parte da variabilidade do DNA humano é compartilhada por todos os seres humanos. Representantes das Ciências Sociais referenciados por Nunes (2010) também relativizam o conceito de raça por sua imaterialidade, afirmando que o mesmo é construído e reconstruído socialmente com base nas relações de poder que inferiorizam um grupo e atribuem a outro a qualidade de superior para legitimar o lugar de seus detentores. Neste sentido a categoria raça não tem valor explicativo.

Apesar e a despeito disto, a hierarquização humana continua presente nas relações sociais. Por isso, o conceito de raça é considerado, ainda segundo Nunes (2010), não como uma categoria que distingue grupos humanos marcados pela hereditariedade e semelhança física, mas como um conceito remanescente desta visão, que ainda orienta a realidade. Isto quer dizer que, ainda que falar de raça seja considerado inadequado por certas correntes científicas, para muitos homens, a realidade vivida e sentida na pele é a de uma sociedade racializada.

Para Antônio Olímpio Sant’Ana (2005), o preconceito e a discriminação contra o negro podem ser considerados subprodutos do racismo. O preconceito é uma opinião preestabelecida, um julgamento prévio que não se altera a partir da experiência e que reside na esfera da consciência e/ou afetividade. Por si só, o preconceito não fere direitos. Por outro lado, ainda segundo o mesmo autor, a discriminação racial é a conduta (ação ou omissão) contra negros que viola direitos.

A partir de 1939, foi inaugurado por Aimé Césaire um movimento que buscou recuperar a identidade negra tão inferiorizada. Esse movimento foi chamado de negritude e se deu por meio da negação do africano como incivilizado ou atrasado e do orgulho de ser negro pela valorização das tradições culturais africanas.

3. O racismo no Brasil

Em nosso país, o racismo assume características bem peculiares em função da gigantesca importação da mão-de-obra africana, da tardia abolição da escravatura, da imigração européia e da forma como as relações aqui se estabeleceram. A relação entre as pessoas em terras nativas não é permeada por grandes conflitos abertos, pois o diferente supostamente é assimilado e integrado através da mestiçagem. Mas isto ocorre somente nas aparências. Se o racismo no Brasil percorreu o caminho da negação de sua existência, isto foi possível graças ao ideal do branqueamento e ao mito da democracia racial.

No final do século XIX, também no Brasil, teorias racistas foram utilizadas pela ciência para justificar as diferenças hierárquicas arraigadas no período pós-abolicionista. Importadas da Europa, estas teorias viam na miscigenação um mal, pois o mestiço carregava tudo o que era ruim da raça negra. Uma das soluções apontadas para o mal da miscigenação era o branqueamento, ou seja, a idéia de que com o processo de cruzamento entre as raças, poderia aumentar o número de brancos e com isso acabar com o mestiço “degenerado”. Diferente, mas também perversa, sintetizada na expressão e valorização do “preto de alma branca”⁴, hoje encontramos uma lógica que institui o branco como norma.

O mito da democracia racial é alimentado pela raridade de conflitos diretos e fala de uma cordialidade que até existe, mas é bastante superficial. Basta olharmos para a pouca freqüência do negro e mestiço de pele mais escura em lugares sociais de poder.

Ao ideal de branqueamento e ao mito da democracia racial agregam-se os contornos de um país democrático. Em dias do politicamente correto, é bastante comprometedor afirmar-se racista, pois todos têm a noção clara de que o racismo tem de ser combatido. Nas sociedades democráticas as idéias racistas confrontam as normas não racistas da democracia, inclusive por meio de leis. Existe um tipo de preconceito velado, não declarado, que Nunes chamou de preconceito sutil⁵.

⁴ Em uma pesquisa realizada pela Folha de São Paulo e publicada em 1995, 48% de negros concordaram total ou parcialmente com a frase: “negro bom é negro de alma branca”. (NUNES, 2010)

⁵ Uma referência para o estudo do preconceito sutil são Pettigrew e Meertens (NUNES, 2010).

O racismo só é defendido abertamente por uma minoria. Há uma maioria com sentimentos racistas não conscientes. Este preconceito sutil pode aparecer sob a forma de conformismo, omissão ou “cegueira” ante a marginalização vivida pelas minorias, o que acaba por contribuir com a manutenção da ordem social. Nota-se uma mudança na manifestação do racismo, mas a sua função continua sendo a de regulamentar as relações de poder e justificar as desigualdades sociais. De acordo com estes autores, para superar o racismo é preciso despertar a consciência da existência do racismo nas relações sociais.

As discussões sobre as questões raciais no Brasil são fundamentais para a promoção de uma educação democrática, já que o sistema de ensino se mostra inadequado para atender às necessidades do segmento negro de nossa população.

A pesquisa de Eliane Cavalleiro (1999), realizada em três salas de educação infantil, evidencia o fato de o sistema formal de educação ser excludente para o segmento negro da população brasileira e nos ajuda a entender a gravidade do problema. A autora nos alerta para o fato de que um olhar desatento ao cotidiano escolar dá margem à compreensão de um ambiente em que adultos e crianças, negros e brancos, convivem de forma harmoniosa. As professoras compartilham desta percepção. Contudo, falas, expressões não verbais, comportamentos e atitudes, bem como o silêncio denunciam um contexto que reproduz as relações desiguais entre as raças presentes em nossa sociedade. Para citar alguns exemplos destacamos em sua pesquisa as verbalizações de crianças brancas sobre estereótipos ligados à cor da pele, como sua associação a sujeira, sem nenhuma atitude da professora, a presença de ironias e adjetivações pejorativas (“filhote de São Benedito”), bem como da desvalorização das características estéticas dos alunos negros por parte das educadoras (“você precisa falar para a sua mãe prender o seu cabelo, olha só que coisa armada”) e, por fim, maior escassez de contato físico entre professor/aluno negro.

De acordo com tal pesquisadora, as crianças estão tendo inúmeras possibilidades para a interiorização de preconceitos e atitudes discriminatórias contra os negros. As educadoras se mostram desatentas às suas próprias ações. Os familiares, por seu turno, desconsideram na educação de seus filhos, o caráter multi-racial da população e não conversam com os mesmos sobre o racismo, também porque acreditam que assim evitam mais sofrimento.

No contexto em que a construção de uma identidade positiva é difícil, o sentimento de recusa ao seu grupo racial é que tem grande possibilidade de eclodir, juntamente com o desenvolvimento de uma baixa auto-estima e de um autoconceito negativo. Ao mesmo tempo, a criança branca é levada a cristalizar um sentimento de superioridade, pois sempre recebe supostas provas dessa premissa. Desta forma, a escola atua na difusão do preconceito e da discriminação. Tais práticas, embora não se iniciem na escola, contam com o seu reforço, a partir das relações diárias, na difusão de valores, crenças, comportamentos e atitudes de hostilidade em relação ao grupo negro.

O silêncio que sustenta o preconceito no interior da escola mostra às crianças diferentes lugares sociais para pessoas brancas e negras, pois se não é falado, não é compreendido. Já no lar, a criança negra é respeitada em suas características raciais, ela se sente aceita e o silêncio quer evitar a dor, quer acolher.

Como nos apontam as pesquisas supracitadas, a educação formal oferece aos alunos oportunidades diferentes de acesso e, quando o mesmo lhes é facultado, são oferecidas diferentes chances para se sentirem acolhidos, aceitos e respeitados. A origem racial condiciona o acesso e um tipo de tratamento educacional diferenciado. As experiências com base neste tratamento contribuem para condicionar os negros ao fracasso, à submissão e ao medo.

4. A rede de relações

Antonio

Somente o homem pode revelar ao homem que é homem,
assim como somente ele pode pôr essa verdade em perigo

(Claude Lefort)

A queixa escolar trazida pela mãe e pela avó de Antonio na primeira entrevista referiu-se a agitação, desatenção e problemas de comportamento, caracterizado por muitas brincadeiras. Ambas relataram que este adolescente, de 13 anos, vinha tendo as mesmas dificuldades desde a educação infantil. Fez duas vezes o pré-primário, pois a escola e a família consideraram que ele não havia atingido os conteúdos mínimos para a primeira série do ensino fundamental. Desde então, sempre estudou em uma escola pública, localizada em um bairro de classe média em São Paulo, e cursava o 6º. Ano na época do atendimento. Não havia questões de pertencimento racial explicitadas, tampouco referências a qualquer discriminação que Antonio tivesse sofrido. Contudo, consciência da realidade presente nos livros e em outros materiais didáticos que transpiram

racismo, preconceito e discriminação, também objetivados nas relações cotidianas escolares entre alunos e entre alunos e professores, não pude eximir-me de pensar que estas questões talvez compusessem a produção da queixa e de propor procedimentos ao longo dos atendimentos que promovessem a emergência das mesmas, caso estivessem presentes. Não procurar tratar a questão desta forma seria compactuar com o silêncio em torno dela.

Antonio tinha tez clara, cabelos muito encaracolados, lábios grossos, nariz chato e um par de covas bem marcadas. Era filho de uma baiana, negra, que veio para São Paulo em busca de um destino mais humano. Quando sua mãe engravidou, ficou muito assustada, pois sua gravidez foi fruto de um encontro casual e não teve ajuda do pai de seu filho, que duvidou ser o progenitor do bebê. Vendo-se sem possibilidades, dadas as suas condições objetivas de vida, a progenitora pensou em provocar um aborto. Na época, sua patroa disse-lhe que estariam juntas até o final de sua vida, apoiou-a para que desse à luz seu rebento e o adotou como neto. Ambas ficaram sócias em um negócio de vendas de antiquários, que anteriormente pertencia somente à avó – branca e descendente de italianos. Antonio nasceu logo após o falecimento do marido da avó. Não por acaso, ele leva o nome do avô.

Ao longo dos atendimentos foram disponibilizados alguns materiais, tais como, folhas, lápis e canetinha, jogos de diferente natureza (que envolviam diferentes capacidades cognitivas), texto, livro e bola. A disposição dos materiais ia obedecendo às demandas de Antonio, que a mim eram facultadas (re)conhecer. É importante enfatizar que não utilizei testes psicológicos, pois os mesmos se sustentam na crença da possibilidade de se avaliar o potencial de uma pessoa em particular com situações padronizadas, como se isto fosse possível. O que é possível é avaliar expressões singulares de um determinado potencial. Além disto, o caráter ideológico dos testes revela-se quando se nota que as expressões tomadas como parâmetro por eles são frequentemente resultado de informações e valores encontrados preferencialmente nas classes sociais privilegiadas.

No primeiro atendimento, selecionei um jogo de cartas chamado Super-Trunfo que trazia carros de diferentes modelos. A partir do mesmo, Antonio demonstrou o seu forte apreço por veículos - gosta mais dos de luxo e italianos. No segundo atendimento, em uma conversa, ele expressou sua preferência pelo Palmeiras, time da avó e com

influência italiana, descendência da mesma. Nestes encontros iniciais, pareceu-me, então, querer demonstrar pertencer ao grupo social de sua avó adotiva.

No terceiro atendimento, com o objetivo de me certificar e fazer emergir os conflitos vividos pelo adolescente advindos da condição de ser filho de uma mulher pobre e negra e adotado por uma senhora branca de posses, propus um jogo de Força com a palavra capoeira para que ele adivinhasse. As pistas foram dadas fazendo referência à origem de sua mãe. À medida que isto acontecia, Antonio ia demonstrando um desdém pela terra natal de sua progenitora.

Como tecelã, eu ia tecendo os atendimentos um a um, a partir daquilo que o percurso feito até o momento sugeria-me. Então, para o atendimento seguinte confeccionei uma “caixa convite” à Bahia. Tratou-se de uma caixa que trazia escrito na tampa, decorada com paisagens baianas: vamos viajar? Dentro da caixa havia cartões escritos: gastronomia, nossa gente, cultura, belezas naturais, história e geografia. Resolvemos que iríamos pesquisar, na internet, os temas nossa gente (primeira escolha de Antonio), gastronomia, cultura e belezas naturais (minha escolha).

A necessidade de saber sobre sua gente e de se identificar positivamente com ela pareceu-me ficar evidente em sua primeira escolha. Este material foi confeccionado para potencializar o atendido, contradizendo o modelo clínico clássico, cuja ênfase é dada àquilo que falta ao outro – um olhar voltado para falhas e carências. Ainda neste sentido, neste atendimento notei que Antonio estava deixando seu cabelo crescer e pude elogiar-lo; ele afirmou que sua mãe não deixava seu cabelo crescer.

Após esclarecer à mãe do adolescente o sentido de minha atitude, nos marcos do trabalho terapêutico, e ter sua anuência, sugeri que fizesse a pesquisa com ele na internet, também com o objetivo de potencializá-la. Ao longo da semana que se seguiu a este atendimento troquei e-mails com Antonio, que diferentemente do sugerido por mim, foi auxiliado pela avó. Assim eles me escreveram:

A avó, nesse momento, ajudou o neto a identificar-se positivamente com seu povo e assim também eu fui fazendo em minhas respostas, a partir dos conteúdos trazidos nos e-mails⁶, potencializando a negritude de Antonio e trazendo outras referências positivas como James Brown.

⁶ A troca de e-mails inseriu-se como parte do processo terapêutico (o que conferiu uma particularidade ao meu trabalho, o que nunca antes eu havia experienciado como psicóloga), o que introduziu nova forma de comunicação e também serviu como via de potencialização das qualidades de Antonio. Tomei o cuidado de trabalhar alguns conteúdos trazidos através dos e-mails, presencialmente. O uso do computador para fins de comunicação abriu novas possibilidades para ele, já que até então, este uso era feito somente para jogar. Chegou a criar uma conta no Facebook, que somente trazia fotos da avó e de si próprio. Não haviam fotos de sua mãe.

Antonio pareceu-me viver a dor da discriminação em função de seu pertencimento de raça, projetada nele também por sua mãe, por seus antepassados e pela nossa história. Isto pareceu-me causar nele uma dificuldade de reflexão sobre si mesmo, sobre sua história. O modo como Antônio se apresentou - autoestima rebaixada, rejeição dos colegas que passavam por dificuldades semelhantes às suas, pouca ou nenhuma participação em sala e dificuldade de aprendizagem, também se relacionavam às questões de pertencimento racial, vividas também no cotidiano escolar.

Em um dos atendimentos em que Antonio exibia uma camiseta da Itália, retomei a questão das diferenças raciais – senti que eu poderia romper o silêncio e dar nome a seu sofrimento. Tentei mobilizar Antonio para questões relativas à sua raça. Para além disto, busquei propiciar a ele a conquista de uma condição de sujeito histórico que percebe e pensa, promovendo a reflexão sobre a dor de ser negro e acolhendo seu sofrimento.

Ao longo do processo percebi um movimento em Antonio de querer ser (re)conhecido como italiano, como quando esteve com sua camisa da Itália em um dos atendimentos, e por outro lado, um movimento de querer identificar-se com sua negritude, como quando continuava insistindo, à revelia de sua mãe, em deixar seu cabelo crescer. A negação das próprias raízes e o desejo de pertencer ao grupo branco (ideal de branqueamento) lhe é facultado, também pelas relações com a família da avó. Contudo, pareceu-me estar aberta a possibilidade de superação deste conflito.

Ao final dos atendimentos, Antonio mantinha o cabelo cada vez mais comprido. Em nosso último atendimento falávamos sobre celulares. Ele pediu para ver o meu. Com o telefone em mãos, pediu e foi autorizado a alterar meu descanso de tela. Então inseriu uma tela inteira verde, com um camaleão desenhado, como se representasse o Palmeiras, seu time do coração, e escreveu na tela - Deus é fiel - representando o Corinthians, meu time do coração. Sim Antonio, você deixou um pouco de si e levou um pouco de mim... Axé!

A mãe de Antônio

Durante o trabalho com Antonio realizei dois atendimentos à mãe, com o objetivo de potencializá-la e ajudá-la a recontar sua própria história.

A escola

Em questionário respondido pela escola, a queixa trouxe os mesmos elementos apontados pela família acrescida da dificuldade de se expressar e pouca participação em sala de aula.

A partir de uma visão que nos permite enxergar as mútuas determinações entre indivíduo e sociedade, propus-me a dialogar com a escola sobre a questão racial como parte constituinte da queixa escolar.

5. Considerações finais – construindo uma relação de cuidado

Os encontros com Antonio e sua mãe, bem como os dados de conversa posterior ao telefone com ambos indicam que o processo em O.Q.E. contribuiu para potencializá-los e para movimentar a queixa escolar. Essa experiência foi iluminada pelo acúmulo de saberes do serviço de Orientação à Queixa Escolar, no seio do qual esta se desenvolveu, e pela literatura estudada. Tal conjunto possibilitou a construção de algumas diretrizes e um instrumental de trabalho que pode ser utilizado pelo psicólogo, no atendimento a casos em que questões de discriminação étnico-raciais e sociais estão envolvidas significativamente, o que veremos a seguir:

1) Ter um espaço para reflexão e exame acurados sobre os próprios preconceitos com relação ao negro. Este exame e a superação do preconceito, caso ele exista, é condição para uma demonstração de afeto e de respeito pela pessoa que sofre e para o conseqüente encontro entre dois seres humanos, plenos de subjetividade;

2) Munir-se de conhecimento teórico sobre a história do negro, sobre sua luta e condição atual. Isto desenvolve a possibilidade de atentar e identificar questões relativas ao pertencimento de raça na composição da queixa e de intervir de modo potente nesta problemática social que é importantíssima, pois estrutura identidades;

3) Utilizar instrumentos que mobilizem/evoquem a história deste pertencimento, tais como bonecos/as negros/as e brancos/as, livros com esta temática e outros;

4) Levar a pessoa atendida a lugares de cultivo e preservação de tradições africanas, como museus e casas de cultura, pode ser uma rica fonte de identificação positiva com estas raízes;

5) Reconhecer e elogiar características relativas ao fenótipo do negro, como cabelos, lábios e cor da pele;

6) Se cabível no contexto do atendimento, incentivar pesquisas sobre o continente africano e seu povo;

7) Trazer para o atendimento a riqueza da arte e da cultura do povo negro, sua história (do ponto de vista negro, não a contada sob a ótica colonizadora da elite branca) e algumas figuras negras que se destacam positivamente. Isto pode favorecer um movimento no sentido da valorização do pertencimento racial;

8) Criar condições e atentar ao momento de romper o silêncio - as pessoas negras podem beneficiar-se ao compreender o processo histórico de relações raciais desenvolvidas em nosso país. Perceber que um processo histórico, não natural, delegou e estruturou os lugares de submissão em função do pertencimento racial tende a fortalecê-las;

9) Procurar sensibilizar a escola sobre as questões relativas ao racismo, ao preconceito e à discriminação e pensar com os educadores estratégias intervenção no espaço escolar.

Acredito que uma forma de atuação que leve em conta estes princípios e procedimentos constitui-se, também, em um compromisso político do psicólogo, pois tende a facilitar que angústias ligadas à experiência pública e ancestral de humilhação por questões de raça não sejam reduzidas a inclinações dos indivíduos como tais, ou idiosincrasias. Tal leitura das mesmas despotencializa, pela segunda vez, seres humanos já duramente golpeados em sua dignidade humana. Sua origem histórica e social deve ser considerada e, no momento propício, explicitada.

Embora constituídas social e coletivamente, tais angústias são, no entanto, vividas de modo sempre singular. O que constitui, para o psicólogo que realiza atendimentos, o desafio de estar sempre inventando maneiras particulares de cuidar desta dor que é sentida por cada indivíduo à sua forma, e presentificada na relação com um terapeuta, também único.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALLEIRO, E. (1999) O processo de socialização na educação infantil: A construção do silêncio e da submissão. Revista Brasileira de crescimento e desenvolvimento humano. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 9(2),.

NUNES, S. S. (2010) Racismo contra negros: um estudo sobre preconceito sutil. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo

SANT'ANA, A. O. (2005) História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: KABELLENGE, M. *Superando o racismo na escola*. 2ª. edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SOUZA, B. P. (Org.). (2007) *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo

SOUZA, E. F. (2007) Para cuidar da dor do aluno negro no espaço escolar. In: SOUZA, B. P.(org.). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo

ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2010/SIS_2012.pdf

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2000.shtm#sub_download